

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.794 - SP (2019/0063804-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**
ADVOGADO : **FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608**
AGRAVADO : **JEANNETTE MARCONDES SIGAUD - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ANA MARIA MARCONDES SIGAUD - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **FABIANO SALMI PEREIRA E OUTRO(S) - SP156104**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Insurgência contra decisão que rejeitou a impugnação da parte executada – Intimação para pagamento do débito que se deu mediante publicação em nome dos antigos patronos da executada. Nulidade que se reconhece, mas, diante do prévio depósito judicial do valor exequendo, reputa-se razoável apenas destacar do montante as penalidades previstas no art. 523, § 1º, do CPC. Homenagem aos princípios da efetividade e celeridade – Desnecessidade de liquidação por arbitramento, sendo que a deterioração do veículo devolvido à executada decorreu da utilização normal e dos próprios vícios apresentados na aquisição originária – Multas de trânsito que devem ser imputadas a quem detinha a posse à época da infração – Decisão parcialmente reformada – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 154, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 369, 509 e 510 do Código de Processo Civil ao fundamento de que é necessária a liquidação por arbitramento para realização de vistoria no veículo, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Sem contrarrazões (e-STJ fls. 191) e não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No que diz respeito ao pedido de liquidação por arbitramento a fim de apurar a deterioração do veículo devolvido, anota-se que as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a

Superior Tribunal de Justiça

demanda. É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho:

"Não bastasse a r. sentença (fl. 111), confirmada neste ponto pelo v. acórdão desta C. Câmara (119), ter consignado que 'a autora deverá manter consigo o veículo até decisão final de eventuais recursos', não há elementos que indiquem que a deterioração havida no automóvel tenha advindo de seu uso anormal, a não ser a unilateral vistoria realizada pela própria 'General Motors', cuja parcialidade deve ser desconsiderada nesta instância (fls. 11/12).

Na realidade, levando-se em consideração a 'idade' do carro (fabricado em 2010), o tempo de uso, a deterioração hodierna e, sobretudo, os vícios advindos de fábrica, não se reputa desarrazoado que eventuais desgastes tenham surgido ao longo de sua utilização, como bem assentou a d. magistrada de piso" (e-STJ fls. 156/157).

Assim como posta a matéria, a verificação da procedência dos argumentos expendidos no recurso exigiria o reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, confira-se:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE PRÓTESE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83/STJ. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

- 1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.*
- 2. O Tribunal de origem, no caso concreto, entendeu pela ocorrência de danos morais, de modo que a tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula nº 7/STJ.*
- 3. O contrato de plano de saúde pode limitar as doenças a serem cobertas não lhe sendo permitido, ao contrário, delimitar os procedimentos, exames e técnicas necessárias ao tratamento da enfermidade constante da cobertura. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.*
- 4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.096.312/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 4/12/2017).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, deixo de majorar os honorários recursais pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

